

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.456 - MG (2019/0291806-0)

**RELATOR** : MINISTRO JORGE MUSSI  
**RECORRENTE** : SERGIO JUNIO NASCIMENTO SANTANA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por SERGIO JUNIO NASCIMENTO SANTANA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do Habeas Corpus n. 1.0000.19.086527-9/000.

Depreende-se dos autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente desde 10/07/2019, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 37 da Lei n. 11.343/06.

Irresignada a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Aduz o recorrente, em breve síntese, a ausência de fundamentação a justificar a segregação cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Alega que há desproporcionalidade entre a medida de segregação e eventual pena a ser aplicada ao final da instrução processual.

Requer o provimento do recurso para que seja deferida a liberdade ao recorrente ou, subsidiariamente, a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Com efeito, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação apta para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 124-125):

[...]

*Segundo consta dos autos, o Paciente foi preso em flagrante no dia 10/07/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 37, da Lei 11.343/06, tendo sido decretada sua prisão para garantia da ordem pública, conforme se pode constatar na decisão de fls. 13/14-Ordem 05.*

*Nesse parâmetro, vislumbra-se que a manifestação judicial do Juízo Singular, apontado como Autoridade Coatora, diversamente do que sustenta a impetração, não ostenta ilegalidade, pois, está avalizada por um farto conjunto de elementos colhidos na investigação policial, aptos a conduzir à tranqüila convicção de que solto, poderá o Paciente envidar novas práticas delitivas e, sem sombra de dúvidas, intimidar a escorreita instrução criminal, tendo destacado que o Paciente é reincidente, ostentando condenações transitadas em julgado pelos delitos de colaboração para o tráfico de drogas, porte de drogas*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*para consumo pessoal e roubo, particularidade para que a Magistrada haja com cautela, pois notório o risco de que se solto prematuramente irá o Paciente perpetrar novos crimes, restando demonstrada sua periculosidade.*

*[...]*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da situação prisional.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**

Relator